



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PAUTA DA 32ª REUNIÃO

(3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura)

**24/08/2017
QUINTA-FEIRA
às 09 horas**

**Presidente: Senador Fernando Collor
Vice-Presidente: Senador Jorge Viana**



Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

**32ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA
DA 55ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 24/08/2017.**

32ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA
Quinta-feira, às 09 horas

SUMÁRIO

1ª PARTE - AUDIÊNCIA PÚBLICA INTERATIVA

FINALIDADE	PÁGINA
Debater o tema “A OMC e as perspectivas comerciais no atual cenário das Relações Exteriores”.	7

2ª PARTE - DELIBERATIVA

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	MSF 46/2017 - Não Terminativo -	SEN. ANA AMÉLIA	11

(1)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor
 VICE-PRESIDENTE: Senador Jorge Viana
 (18 titulares e 18 suplentes)

TITULARES			SUPLENTE
PMDB			
Edison Lobão(8)	MA (61) 3303-2311 a 2313	1 Renan Calheiros(8)(14)	AL (61) 3303-2261
João Alberto Souza(8)	MA (061) 3303-6352 / 6349	2 Valdir Raupp(8)	RO (61) 3303-2252/2253
Roberto Requião(8)(14)	PR (61) 3303-6623/6624	3 Hélio José(8)	DF (61) 3303-6640/6645/6646
Romero Jucá(8)	RR (61) 3303-2112 / 3303-2115	4 VAGO	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PDT, PT)			
Gleisi Hoffmann(PT)(6)	PR (61) 3303-6271	1 Fátima Bezerra(PT)(6)	RN (61) 3303-1777 / 1884 / 1778 / 1682
Acir Gurgacz(PDT)(6)(17)	RO (061) 3303-3131/3132	2 José Pimentel(PT)(6)	CE (61) 3303-6390 / 6391
Jorge Viana(PT)(6)	AC (61) 3303-6366 e 3303-6367	3 Paulo Paim(PT)(6)	RS (61) 3303-5227/5232
Lindbergh Farias(PT)(6)	RJ (61) 3303-6427	4 Humberto Costa(PT)(6)(17)	PE (61) 3303-6285 / 6286
Bloco Social Democrata(PSDB, DEM)			
Antonio Anastasia(PSDB)(3)	MG (61) 3303-5717	1 Cássio Cunha Lima(PSDB)(3)	PB (61) 3303-9808/9806/9809
Paulo Bauer(PSDB)(3)	SC (61) 3303-6529	2 Ronaldo Caiado(DEM)(9)	GO (61) 3303-6439 e 6440
Ricardo Ferraço(PSDB)(3)(13)	ES (61) 3303-6590	3 Flexa Ribeiro(PSDB)(12)	PA (61) 3303-2342
José Agripino(DEM)(9)	RN (61) 3303-2361 a 2366	4 Tasso Jereissati(PSDB)(13)	CE (61) 3303-4502/4503
Bloco Parlamentar Democracia Progressista(PP, PSD)			
Lasier Martins(PSD)(7)	RS (61) 3303-2323	1 José Medeiros(PSD)(7)	MT (61) 3303-1146/1148
Ana Amélia(PP)(7)	RS (61) 3303 6083	2 Gladson Cameli(PP)(7)	AC (61) 3303-1123/1223/1324/1347/4206/4207/4687/4688/1822
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PPS, PSB, PCdoB, REDE)			
Cristovam Buarque(PPS)(5)	DF (61) 3303-2281	1 Vanessa Grazziotin(PCdoB)(5)	AM (61) 3303-6726
Fernando Bezerra Coelho(PSB)(5)	PE (61) 3303-2182	2 Randolfe Rodrigues(REDE)(2)	AP (61) 3303-6568
Bloco Moderador(PTB, PSC, PRB, PR, PTC)			
Fernando Collor(PTC)(4)	AL (61) 3303-5783/5786	1 VAGO(4)(15)(16)(11)	
Pedro Chaves(PSC)(4)	MS	2 Armando Monteiro(PTB)(4)	PE (61) 3303 6124 e 3303 6125

- (1) O PMDB e o Bloco Resistência Democrática compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 19 membros.
- (2) Em 09.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o colegiado (Of. 16/2017-BLSDEM).
- (3) Em 09.03.2017, os Senadores Antonio Anastasia, Paulo Bauer e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e o Senador Cássio Cunha Lima, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 32/2017-GLPSDB).
- (4) Em 09.03.2017, os Senadores Fernando Collor e Pedro Chaves foram designados membros titulares; e os Senadores Cidinho Santos e Armando Monteiro, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- (5) Em 09.03.2017, os Senadores Cristovam Buarque e Fernando Bezerra Coelho foram designados membros titulares; e a Senadora Vanessa Grazziotin, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o colegiado (Of. 10/2017-BLSDEM).
- (6) Em 09.03.2017, os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana e Lindbergh Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, José Pimentel, Paulo Paim e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática para compor o colegiado (Of. 9/2017-GLBPRD).
- (7) Em 09.03.2017, os Senadores Lasier Martins e Ana Amélia foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Gladson Cameli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista para compor o colegiado (Of. 29/2017-BLDPRO).
- (8) Em 09.03.2017, os Senadores Edison Lobão, João Alberto Souza, Renan Calheiros e Romero Jucá foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Valdir Raupp e Hélio José, membros suplentes, pelo PMDB para compor o colegiado (Of. 38/2017-GLPMDB).
- (9) Em 13.03.2017, o Senador José Agripino foi designado membro titular; e o Senador Ronaldo Caiado, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).
- (10) Em 14.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Jorge Viana, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CRE).
- (11) Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, em substituição ao senador Cidinho Santos, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 29/2017-BLOMOD).
- (12) Em 21.03.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 106/2017-GLPSDB).
- (13) Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao senador Tasso Jereissati, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 99/2017-GLPSDB).
- (14) Em 24.03.2017, o Senador Roberto Requião foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao senador Renan Calheiros, que passa a atuar como suplente, pelo PMDB (Of. nº 75/2017-GLPMDB).
- (15) Em 10.04.2017, o Senador Thieres Pinto foi designado membro suplente para compor o colegiado, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Moderador (Of. nº 43/2017-BLOMOD).
- (16) Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
- (17) Em 07.06.2017, o Senador Acir Gurgacz passou a ocupar a vaga de titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em permuta com o Senador Humberto Costa, que passou a ocupar a vaga de suplente na Comissão (Of. 74/2017-GLBPRD).

REUNIÕES ORDINÁRIAS: QUINTAS-FEIRAS 9:00 HORAS
SECRETÁRIO(A): ALVARO ARAUJO SOUZA
TELEFONE-SECRETARIA: 61 3303-3496
FAX:

TELEFONE - SALA DE REUNIÕES:
E-MAIL: cre@senado.leg.br



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
55ª LEGISLATURA**

**Em 24 de agosto de 2017
(quinta-feira)
às 09h**

PAUTA
32ª Reunião, Extraordinária

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA
NACIONAL - CRE**

1ª PARTE	Audiência Pública Interativa
2ª PARTE	Deliberativa
Local	Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

1ª PARTE**Audiência Pública Interativa****Assunto / Finalidade:**

Debater o tema “A OMC e as perspectivas comerciais no atual cenário das Relações Exteriores”.

Requerimento(s) de realização de audiência:

- [RRE 21/2017](#), Senador Fernando Collor

Convidado:

Embaixador Roberto Carvalho de Azevêdo

- Diretor-Geral da Organização Mundial do Comércio – OMC.

2ª PARTE**PAUTA****ITEM 1****MENSAGEM (SF) Nº 46, de 2017**

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor LAUDEMAR GONÇALVES DE AGUIAR NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Suriname.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

Nesta Reunião ocorrerá a leitura do relatório nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)\)](#)

[Relatório Legislativo \(CRE\)\)](#)

1ª PARTE - AUDIÊNCIA PÚBLICA INTERATIVA

1

REQUERIMENTO Nº 21 , DE 2017 – CRE

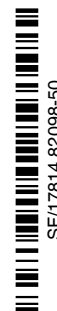
Requeiro, nos termos do disposto no art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença do **Embaixador Roberto Azevêdo**, Diretor-Geral da Organização Mundial do Comércio – OMC, destinada a tratar do tema “A OMC e as perspectivas comerciais no atual cenário das Relações Exteriores”.

JUSTIFICAÇÃO

Especialistas indicam que, a partir de agora, o Brasil deve lidar com o risco de intensificação de novas medidas e ideias protecionistas mundo afora, em contraponto a uma economia que vinha se integrando fortemente. Em vários países, o protecionismo e o nacionalismo econômico estão em ascensão, junto com o crescimento de forças políticas que rejeitam a globalização e pregam o combate à imigração, o incentivo à produção local e a rejeição dos acordos comerciais internacionais.

O voto pela saída da Grã-Bretanha da União Europeia e a eleição do presidente Donald Trump à Casa Branca são demonstrações desse movimento, em meio a sinais de retração do comércio mundial e de desaceleração econômica da China.

De fato, há riscos, mas também há perspectivas de normalização. O novo plano econômico chinês destinado a promover o consumo das famílias deverá aumentar as importações de produtos agrícolas de 14% para 41%,



até 2030, segundo o Banco Mundial. A exportação de serviços dos Estados Unidos e do Japão para a China deverá crescer 10% ao ano nesse mesmo período.

O Brexit é uma reação contra a burocracia da União Europeia em Bruxelas, assim como o protecionismo reage contra a complexa arquitetura regulatória do comércio global. A primeira-ministra britânica Theresa May confirmou que o Brexit vai acontecer ainda em 2017, mas o secretário de Comércio, Liam Fox, anunciou que a Grã-Bretanha quer manter o perfil “liberal”. O novo governo pretende restringir o livre fluxo de pessoas, mas também quer um acordo com o Espaço Econômico Europeu (EEE). Londres talvez tenha de renegociar acordos bilaterais de comércio com 58 nações. Para o Brasil, que tem o Reino Unido como seu quarto maior investidor estrangeiro, o Brexit pode melhorar o comércio entre os dois países.

Os Estados Unidos lideraram o movimento de abertura dos mercados que fez o mundo prosperar desde 1945. Foram eles que deram forma ao Banco Mundial, ao FMI (Fundo Monetário Internacional) e ao GATT (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio), que financiaram o Plano Marshall e garantiram mercados para as economias emergentes, como a China.

Não há dúvida de que o comportamento dos Estados Unidos no comércio exterior pode sempre desregular a economia mundial. Durante sua campanha presidencial, Donald Trump propôs restrições à imigração, incentivos à produção local e rejeição de acordos como o da Área de Livre Comércio da América do Norte (Nafta), Parceria Transpacífica (TPP) e Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP), restrições estas que já enfrentam resistências no Congresso. O Presidente Trump defendeu 35% de taxa sobre os produtos mexicanos e chineses. Além de abrir um



SF/17814.82098-50

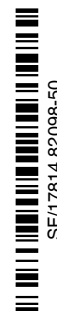
conflito entre as duas maiores economias do mundo, suas propostas, para muitos, poderiam gerar recessão.

A OMC, estabelecida em 1995, é o principal foro multilateral que trata de comércio internacional. Da Organização participa quase a totalidade dos países, que ali discutem as grandes questões referentes ao processo de globalização, a queda de barreiras e a diminuição do protecionismo. Diante do atual cenário das relações exteriores e, ainda que ultimamente se tenha discutido a efetividade da OMC, a entidade merece ser incentivada por esta Comissão e, mais ainda, ouvida e consultada por meio de seu representante máximo, o Diretor-Geral, Embaixador Roberto Azevêdo.

Sala das Comissões, 5 de julho de 2017.

Senador FERNANDO COLLOR

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional



2ª PARTE - DELIBERATIVA

1



SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 46, DE 2017

(nº 252/2017, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor LAUDEMAR GONÇALVES DE AGUIAR NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Suriname.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

Mensagem nº 252

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor LAUDEMAR GONÇALVES DE AGUIAR NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Suriname.

Os méritos do Senhor Laudemar Gonçalves de Aguiar Neto que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 19 de julho de 2017.

EM nº 00172/2017 MRE

Brasília, 14 de Julho de 2017

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **LAUDEMAR GONÇALVES DE AGUIAR NETO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na república do Suriname.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **LAUDEMAR GONÇALVES DE AGUIAR NETO** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Aloysio Nunes Ferreira Filho

Aviso nº 299 - C. Civil.

Em 19 de julho de 2017.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ PIMENTEL
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor LAUDEMAR GONÇALVES DE AGUIAR NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Suriname.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE LAUDEMAR GONÇALVES DE AGUIAR NETO**

CPF.: 627.606.027-53

ID.: 8278 MRE

1960 Filho de Laudemar Gonçalves de Aguiar Junior e Cléia Pimentel de Aguiar, nasce em 26 de junho, em Niterói/RJ

Dados Acadêmicos:

1991 CAD - IRBr

2005 CAE - IRBr: O Sistema de Conferências Ibero-americanas – histórico, perspectivas e participação do Brasil

Cargos:

1982 CPCD - IRBr

1983 Terceiro-Secretário

1987 Segundo-Secretário

1994 Primeiro-Secretário, por merecimento

2001 Conselheiro, por merecimento

2005 Ministro de Segunda Classe, por merecimento

2015 Ministro de Primeira Classe

Funções:

1984-86 Divisão de Programas de Promoção Comercial, assistente

1986-89 Embaixada em Moscou, Terceiro e Segundo-Secretário

1989-91 Embaixada em Madri, Segundo-Secretário

1991-93 Departamento de Política Tecnológica, Financeira e de Desenvolvimento, assessor

1993-94 Departamento de Organismos Internacionais, assessor

1994-95 Divisão de Organismos Internacionais, Chefe, Substituto

1995-98 Embaixada em Paris, Primeiro-Secretário

1998-01 Embaixada em Montevidéu, Primeiro-Secretário

2001 Secretaria-Geral, Adjunto do Gabinete

2001-03 Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos Multilaterais, Chefe de Gabinete

2003-08 Embaixada em Londres, Conselheiro e Ministro-Conselheiro

2008-11 Embaixada em Paris, Ministro-Conselheiro

2011-13 Comitê Nacional da Rio+20 (CNORIO20)

2013-17 Prefeitura do Rio de Janeiro, Coordenador de Relações Internacionais do Gabinete do Prefeito

Condecorações:

1991 Ordem de Isabel, a Católica, Espanha, Cavaleiro

2007 Ordem de Rio Branco, Brasil, Grande Oficial

JOÃO PEDRO CORRÊA COSTA

Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**SURINAME****INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Maio de 2017**

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República do Suriname
GENTÍLICO	Surinamês
CAPITAL	Paramaribo
ÁREA	163.820 km ² (11º da América do Sul; Acre: 152.581 km ²).
POPULAÇÃO	585 mil habitantes (12º da América do Sul)
LÍNGUAS OFICIAIS	Holandês (oficial), “sranan-tongo” (dialeto crioulo), híndi, javanês, inglês, chinês, português.
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Hinduísmo, protestantismo, catolicismo, islamismo.
SISTEMA DE GOVERNO	República presidencialista
PODER LEGISLATIVO	Unicameral, composto por 51 parlamentares eleitos pelo sistema proporcional para mandato de 5 anos
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO	Desiré Delano Bouterse (desde 12/08/2010)
CHANCELER	Yldiz Pollack-Beighle (desde 01/02/2017)
PIB (FMI, est. 2015)	US\$ 5,55 bilhões
PIB PPP (FMI, est. 2015)	US\$ 9,52 bilhões
PIB per capita (FMI, est. 2015)	US\$ 9.949
PIB PPP per capita (FMI, est. 2015)	US\$ 17,062
VARIAÇÃO DO PIB (%) (FMI)	2,7% (2015); 3,1% (2014); 4,1% (2013); 4,8% (2012); 5,3 % (2011); 4,1% (2010); 3,0% (2009).
IDH 2014 (PNUD, 2015)	0,714 (103º)
EXPECTATIVA DE VIDA (PNUD, 2015)	71,1 anos
ALFABETIZAÇÃO (PNUD, 2015)	94,7%
DESEMPREGO (BANCO MUNDIAL, 2016)	24,7%
UNIDADE MONETÁRIA	Dólar surinamês (1 USD=7,75 SRD)
EMBAIXADOR DO SURINAME NO BRASIL	Marlon Faisal Mohamed Hoesein
BRASILEIROS NO PAÍS (ESTIMATIVA)	15 mil

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhões FOB) – Fonte: MDIC

BRASIL SURINAME	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Exportações	31,4	36,5	46,9	40,1	63,3	73,2	61	60,5	46,0	38,4	26,66
Importações	23,2	19,1	28,9	7,3	0,2	0,4	0,9	2,4	1,0	1,1	0,56
Saldo	8,2	17,4	17,9	32,7	63,1	72,8	60,1	58,1	45,0	37,31	26,1
Intercâmbio	54,7	55,7	75,8	47,5	63,5	73,6	62	62,9	47,0	39,5	27,22

Elaborado por Flávio Werneck Noce dos Santos e Paulo Eduardo de Azevedo Ribeiro. Revisado por Paulo Eduardo de Azevedo Ribeiro, Tarcísio de Lima Ferreira Fernandes Costa e Daniel Ferreira Magrini.

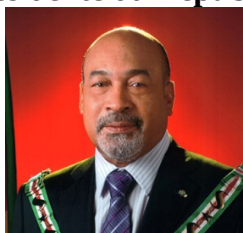
APRESENTAÇÃO

Com território de 163.820 km² de extensão, o Suriname é o menor país da América do Sul. O país é limitado, a leste, pela Guiana, ao sul, pelo Brasil, a oeste, pela Guiana Francesa e, ao norte, pelo Oceano Atlântico. O país tem cerca de 585 mil habitantes, e a população, que é variada cultural e etnicamente, concentra-se, em sua maioria, ao redor da capital, Paramaribo. Destaca-se contingente importante de descendentes de africanos, indianos e chineses.

O país tornou-se independente do Reino dos Países Baixos em 1975 e comemora sua data nacional no dia 25 de novembro. Em 2017, o Suriname completa 42 anos de independência.

PERFIS BIOGRÁFICOS

DESIRÉ (DÉSI) DELANO BOUTERSE **Presidente da República**



O atual presidente do Suriname, Desiré Delano Bouterse, nasceu em Paramaribo, no dia 13 de outubro de 1945. Formou-se pela *Military Sports Academy*, na Holanda. Tem atuação política destacada desde antes da independência de seu país em 1975, tendo chefiado o governo entre 1980 e 1988. Foi eleito Presidente da República pela Assembleia Nacional em 2010 e reeleito em 2015. Casado, é pai de quatro filhos.

RELAÇÕES BILATERAIS

A cooperação brasileira com o Suriname iniciou-se logo após a independência do país, em 1975. Apesar da fronteira comum de 593 km, a região limítrofe apresenta baixa densidade demográfica e não possui ligações viárias entre os dois países, por ser coberta por barreiras naturais (Serra do Tumucumaque e floresta equatorial) e por áreas de preservação ambiental e indígena. A presença de significativa comunidade brasileira no Suriname (por volta de 15 mil pessoas) traz importante componente humano para as relações bilaterais.

Em 2016, a corrente de comércio bilateral totalizou USD 27 milhões, sendo USD 26,6 milhões de exportações e apenas USD 0,4 milhão

em importações. Apesar do baixo volume de exportações, a pauta é relativamente diversificada. Já a pauta de importações se concentra em poucos produtos (entre os quais, alumina calcinada e farinha de trigo), ademais de vendas esporádicas de arroz surinamês.

A cooperação técnica ocupa lugar de destaque nas relações bilaterais. Ao longo dos últimos anos, desenvolveram-se, sob o marco legal dos acordos complementares ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Brasil e Suriname assinado em maio de 2012, projetos e iniciativas de cooperação, em áreas como saúde, gestão de recursos hídricos, agricultura sustentável, zoneamento agroecológico, mapeamento geológico, fortalecimento de instituições públicas, segurança pública e defesa.

A imigração é outro tema importante na agenda bilateral. Os brasileiros formam contingente relevante de imigrantes no Suriname. Provenientes principalmente do Maranhão e do Pará, muitos vão ao Suriname para trabalhar em garimpos no interior do país.

O Ministro das Relações Exteriores brasileiro visitou Paramaribo pela última vez em março de 2016. A visita renovou a relação bilateral e deu continuidade ao já tradicional contato de alto nível entre os países.

Assuntos consulares

A rede consular brasileira no Suriname é constituída por um Setor Consular, junto à Embaixada do Brasil em Paramaribo, responsável por atender às necessidades da comunidade brasileira local.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de concessões de créditos oficiais do Brasil a tomador soberano do Suriname.

POLÍTICA INTERNA

O Suriname é uma república presidencialista com parlamento unicameral. O presidente da República é eleito indiretamente pela Assembleia Nacional, com mandato de cinco anos, renovável. Em 2015, o Presidente Bouterse, do Partido Nacional Democrático (NDP), foi reeleito por aclamação pela Assembleia Nacional.

Nas eleições de 2015, o partido governista logrou ampliar a maioria parlamentar de 23 para 26 representantes. Foram eleitos, ainda, 18 representantes da coligação partidária V7, 5 da coligação “Combinação Alternativa” e 1 dos partidos “Democracia e Desenvolvimento em União” (DOE) e “União Progressiva de Trabalhadores e Agricultores” (PALU). A

despeito da reeleição de Bouterse, somente 21 integrantes do Parlamento anterior (41,1%) conseguiram ser reconduzidos.

A diversidade étnica do país influencia no sistema partidário, com a identificação de diversos partidos políticos com grupos específicos - javaneses, indianos, "maroons" (quilombolas), afro-surinameses etc. É comum, desde 1987, a formação de coalizões mistas entre partidos ligados a diferentes etnias, como é o caso da atual coalizão liderada pelo Presidente Bouterse.

POLÍTICA EXTERNA

Apesar do esforço da política externa do Governo de Desiré Bouterse de tentar diversificar as relações externas surinamesas, a partir do segundo mandato, o Suriname manteve aproximação com parceiros tradicionais, como Países Baixos e EUA, além da China, com vistas a obter apoio para fazer frente à deterioração da economia local (crescimento nulo em 2015 e retração no PIB em 2016). Paralelamente, o governo surinamês tem demonstrado crescente interesse na América do Sul e, em especial, nos países vizinhos (Brasil, Venezuela e Guiana).

Atualmente, há onze Embaixadas residentes no Suriname (Argentina, Brasil, China, Cuba, Estados Unidos, França, Guiana, Índia, Indonésia, Países Baixos e Venezuela). Índia, Indonésia e China, países de origem das principais comunidades que constituem a população do Suriname, permanecem como importantes parceiros.

Merece destaque o engajamento do país nas organizações regionais. Na Cúpula de Montevidéu de julho de 2013, foi assinado Acordo Marco de Associação entre o MERCOSUL e o Suriname. O país ocupou a PPT da UNASUL, entre 2013 e 2014. Ademais, o ex-Vice-Chanceler surinamês, Embaixador Robby Ramlakhan, ocupou a Secretaria-Geral da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), cuja sede é em Brasília, de 2012 a 2015.

ECONOMIA

A economia do Suriname tem como base o setor de exploração mineral. O ouro, a alumina (derivada da bauxita) e o petróleo bruto respondem por mais de 80% das receitas de exportação, por metade do PIB e por 25% das receitas governamentais.

Trata-se, por conseguinte, de economia altamente dependente da evolução dos preços internacionais dessas *commodities*. Ao longo de 2015, em razão da baixa continuada nos preços das *commodities* no mercado internacional, registraram-se déficits na conta corrente e na conta capital,

não compensados por superávits suficientes na conta financeira, situação que provocou déficits recorrentes no balanço de pagamentos do país.

Esse resultado negativo nas contas externas do Suriname ocasionou consecutivas perdas de divisas, diminuindo sua capacidade de importar. Além disso, essa conjuntura desfavorável gerou volatilidade no mercado de câmbio. Em novembro de 2015, o Banco Central do Suriname anunciou desvalorização de 20% do dólar surinamês (o câmbio é fixo no Suriname). Antes disso, a última desvalorização tinha ocorrido em janeiro de 2011. Analistas não descartam nova desvalorização em 2016, tendo em vista a continuada escassez de moedas estrangeiras no país e oscilações no movimentado mercado paralelo.

Relatório recente da CEPAL estima que o PIB do Suriname deve encolher 10,4% em 2016. O FMI, por sua vez, estima que, em 2016, o PIB encolheu 9% e, em 2015, 2,7%. Esse encolhimento do PIB ocorre simultaneamente a processo de aceleração inflacionária de quase 80% no período de outubro de 2015 a outubro de 2016 (segundo dados oficiais) -, colocando o país em grave situação de estagflação.

Em maio de 2016, recorreu ao Fundo Monetário Internacional para aliviar os efeitos da crise. Além do FMI, o Banco Interamericano de Desenvolvimento e o Banco Desenvolvimento do Caribe também estariam dispostos a auxiliar o Suriname a superar a atual conjuntura econômica desfavorável.

Na avaliação do FMI, o Suriname atravessa aguda crise econômica, em razão do choque nos preços das principais commodities exportadas - ouro e petróleo -, e do término da produção de alumina em novembro de 2015, que provocaram significativos déficits fiscais e déficits no saldo das transações correntes, já em 2015. Dessa forma, a recessão econômica do Suriname, desde 2015, que incluiu forte aceleração da inflação, significativa depreciação da moeda local e aumento da dívida do Governo, foi das mais severas.

Em maio de 2017, o governo surinamês solicitou ao FMI que suspendesse a ajuda financeira ao país, em razão da leve melhora na economia em relação ao ano passado. O Fundo continuará acompanhando e auxiliando o Governo surinamês no seu Plano de Recuperação e estabilização de economia.

CRONONOLOGIA HISTÓRICA

1650	Primeira colônia inglesa permanente é estabelecida, nas proximidades do Rio Suriname.
1667	Assinado o Tratado de Breda, mediante o qual a Inglaterra cede à Holanda sua colônia no Suriname. Em troca, obtém a colônia de Nova Amsterdam, futura Nova York.

1795-1802/ 1804-1816	Inglêses restabelecem, temporariamente, seu domínio sobre o território do Suriname. Território é devolvido aos Países Baixos.
1853	Trabalhadores assalariados chineses começam a chegar ao Suriname para substituir a mão-de-obra escrava. Indianos e indonésios começarão a chegar nas décadas seguintes.
1863	Emancipação dos escravos.
1866	Criação de um Parlamento em substituição às Cortes que assistiam o Governador. Este mantém poder de veto.
1891	Primeiras levas de assalariados indonésios chegam ao Suriname.
1922	O Suriname passa a integrar o território do Reino dos Países Baixos.
1949	Direito de voto é estendido a todos os indivíduos adultos.
1954	Elevação do status político do Suriname, que passa a ser membro do Reino dos Países Baixos.
1975	Independência do Suriname.
1977	Henck Arron é eleito presidente.
1980	Queda do governo do primeiro-ministro, Henck Arron.
1982	O Conselho Militar Nacional, liderado pelo tenente-coronel Desi Bouterse, líder da Frente Revolucionária, passa a controlar o país.
1987	A aprovação de uma nova Constituição e a vitória da oposição nas eleições legislativas marcam o fim do regime do Conselho Militar.
1988	Ramsewak Shankar assume a Presidência, e Arron volta a ser primeiro-ministro.
1990	Novo governo militar, com Johan Kraag como presidente provisório.
1991	Eleições dão vitória à coligação oposicionista Nova Frente (NF). Seu líder, Runaldo Venetiaan, do Partido Nacional do Suriname (NPS), é eleito presidente pela Assembleia.
1995	O Suriname adere à Comunidade do Caribe (CARICOM).
1996	A Assembleia elege como presidente Jules Wijdenbosch, do Partido Nacional Democrático (NDP), o mesmo de Bouterse.
2000	Venetiaan vence as eleições presidenciais, e a NF conquista 32 das 51 cadeiras da Assembleia Nacional.
2005	Venetiaan é eleito para seu terceiro mandato como presidente do Suriname.
2008	Selado acordo entre os principais partidos de oposição, dentre os quais o Partido NDP, de Desi Bouterse.
2009	Bouterse, eleito deputado nas últimas eleições, tem seu mandato cassado pela Assembleia Nacional.
2010	Eleição de Dési Bouterse à presidência do país.
2015	Bouterse é reeleito presidente.

CRONONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1906	Assinado, no Rio de Janeiro, tratado relativo aos limites entre o Brasil e a então Guayana Holandesa, estabelecidos na Serra do Tumucumaque (5 de maio).
1976	Assinados o Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio, o Acordo Cultural e o Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica.
1996	Visita do Presidente Runaldo Venetiaan a Brasília (janeiro)
1997	Visita do Presidente Jules Wijdenbosch a Brasília e São Paulo (fevereiro).
2000	Visita do Presidente Runaldo Venetiaan a Brasília (agosto).
2003	Visita do Presidente Runaldo Venetiaan a Brasília (julho).
2004	Visita do Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, a Paramaribo (dezembro). Assinados Acordo sobre Regularização Migratória e Tratado de Extradição.
2005	Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Paramaribo, no contexto da Cúpula da CARICOM (fevereiro).
2007	I Reunião do Mecanismo Político de Consultas, em Paramaribo (julho).
2008	Presidente Runaldo Venetiaan participa da Reunião Extraordinária de Chefes de Estado e de Governo, em Brasília. Assinado Tratado Constitutivo da UNASUL (maio).
2008	Reuniões técnicas sobre o equacionamento da dívida do Suriname com o Brasil em Paramaribo (setembro) e Brasília (novembro).
2008	Presidente Runaldo Venetiaan participa das cúpulas de regionais (Grupo do Rio, UNASUL e CALC) e mantém diálogo bilateral com o Presidente Lula, na Costa do Sauípe, Bahia (dezembro).
2009	Ministro Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, participa da cerimônia de posse do Presidente Desiré Bouterse (agosto).
2010	Secretário-Geral das Relações Exteriores participa da Celebração dos 35 anos de independência em Paramaribo (novembro).
2010	Participação do Presidente Desiré Delano Bouterse na Cúpula do Mercosul e encontro bilateral com Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em Foz do Iguaçu (dezembro).
2011	Participação do Presidente Desiré Bouterse na cerimônia de posse da Presidenta Dilma Rousseff, em Brasília (janeiro).
2011	Missão da Agência Nacional do Petróleo e da Eletrobras a Paramaribo (março).
2011	Visita do Presidente do Banco Central, Gilmore Hoefdraad, a Brasília (agosto).
2011	Participação do Vice-Presidente Robert Ameerli na Feira Internacional da Amazônia, em Manaus (outubro).

2011	Visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Winston Lackin, a Brasília (novembro).
2012	Visita do Ministro da Defesa, Lamouré Latour, a Brasília, para encontro com o Ministro Celso Amorim (janeiro).
2012	Visita do Chanceler Antonio Patriota a Paramaribo: XV Reunião do Conselho de Ministros das Relações Exteriores da CARICOM e encontros bilaterais com o Chanceler Winston Lackin e com o Presidente Bouterse (maio).
2012	Visita do Vice-Presidente Robert Ameerali à Expofeira, em Macapá (agosto).
2012	Visita do Ministro da Defesa Celso Amorim a Paramaribo (setembro).
2013	Visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Winston Lackin (fevereiro).
2013	Assinado o Acordo Marco de Associação entre o MERCOSUL e o Suriname, durante a Cúpula de Montevideu (julho).
2014	Presidente Bouterse compareceu à abertura da Copa do Mundo em São Paulo (julho).
2014	Presidente Bouterse participou da Cúpula BRICS – Países da América do Sul, em Brasília (julho).
2015	O Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, General-de-Exército José Elito Carvalho Siqueira, visita Paramaribo para participar da cerimônia de posse do Presidente Desiré Delano Bouterse.
2016	Visita do Ministro Mauro Vieira a Paramaribo, ocasião em que é recebido pelo Presidente Desiré Delano Bouterse e mantém reunião de trabalho com a Chanceler Niermala Badrising (1º de março).

ACORDOS BILATERAIS

Título do Acordo	Assuntos	Data
Acordo Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname para a Execução do Projeto "Fortalecimento do Combate ao Surgimento da Doença de Chagas no Suriname"	Saúde Cooperação Científica e Tecnológica Cooperação Técnica	01/03/2016

Acordo Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname para a Execução do Projeto "Novo Mapa Geológico do Suriname – Preparações para a Contratação de Levantamento Aerogeofísico e Organização de Base de Dados Geológicos"	Recursos Naturais Cooperação Científica e Tecnológica Meio Ambiente	01/03/2016
Acordo Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname para a Execução do Projeto "Fortalecimento do Combate à Leishmaniose no Suriname".	Saúde Cooperação Científica e Tecnológica Cooperação Técnica	01/03/2016
Acordo Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname para a Execução do Projeto "Cooperação Transfronteiriça para Erradicação da Malária"	Saúde Cooperação Científica e Tecnológica Cooperação Técnica	01/03/2016
Acordo Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica Entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname para a Execução do Projeto "Fortalecimento do Combate ao HIV/AIDS em Populações-Chave no Suriname"	Saúde Cooperação Científica e Tecnológica Cooperação Técnica	01/03/2016
Acordo Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname para a execução do projeto "Zoneamento Agroecológico no Suriname"	Agricultura Cooperação Científica e Tecnológica	05/05/2012
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname sobre Cooperação Técnica em Agricultura, Pecuária e Pesca	Agricultura Cooperação Técnica Pecuária Pesca	05/05/2012

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da Republica Federativa do Brasil e o Governo da Republica do Suriname para a Implementação do Projeto “Fortalecimento Institucional do Banco Central do Suriname”	Cooperação Interinstitucional Cooperação Técnica	18/08/2011
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da república do Suriname para a Implementação do Projeto “Apoio a Ações Futuras para o Controle e a Erradicação da Mosca da Carambola no Suriname”	Sanidade Animal e Vegetal Cooperação Técnica	18/08/2011
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname para a Implementação do Projeto “Mapeamento da Geodiversidade/Geológico na Fronteira Brasil-Suriname	Cooperação Técnica Cooperação Científica e Tecnológica	16/12/2010
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname sobre Cooperação na Área de Bioenergia, Incluindo Biocombustíveis.	Energia Cooperação	16/12/2010
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname para a Implementação do Projeto “Apoio ao Desenvolvimento de um Programa de Capacitação para o Departamento de Micologia/Bacteriologia no Suriname”.	Cooperação Científica e Tecnológica Cooperação Técnica	16/12/2010

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname para a Implementação do Projeto “Programa de Treinamento em Produção e Industrialização de Alimentos Vegetais”.	Agricultura Cooperação Científica e Tecnológica Cooperação Técnica	16/12/2010
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname para a Implementação do Projeto “Capacitação Técnica em Pesquisa, Coleta, Preparação e Análise de Mercúrio em Amostras Biológicas e Ambientais”	Meio Ambiente Cooperação Científica e Tecnológica Cooperação Técnica	26/04/2010
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname para a Implementação do Projeto “Fortalecimento da Resposta à Epidemia Do HIV/AIDS no Suriname”	Saúde Cooperação Científica e Tecnológica Cooperação Científica e Tecnológica Cooperação Técnica	26/04/2010
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname para a Implementação do Projeto “Fortalecimento de Ações de Vigilância e Prevenção da Doença de Chagas no Suriname”	Saúde Cooperação Técnica	26/04/2010
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname para a Implementação do Projeto “Apoio ao Desenvolvimento do Cultivo e Produção da Mandioca no Suriname”	Cooperação Científica e Tecnológica Agricultura Cooperação Técnica	10/09/2009

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname para a Implementação do Projeto “Uso, Armazenamento e Distribuição de Materiais de DST/HIV/AIDS”	Cooperação Científica e Tecnológica Saúde Cooperação Técnica	10/09/2009
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname para a Implementação do Projeto “Apoio ao Desenvolvimento da Produção de Biocombustíveis no Suriname”	Saúde Cooperação Científica e Tecnológica Cooperação Técnica	10/09/2009
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname para a Implementação do Projeto “Fortalecimento Metodológico do Censo Escolar no Suriname”	Cooperação Científica e Tecnológica Cooperação Educacional e Esportiva	10/09/2009
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname para a Implementação do Projeto “Modernização do Programa de Reparos Automotivos da Fundação para Mobilização do Trabalho e Desenvolvimento (SAO)”	Cooperação Científica e Tecnológica	10/09/2009
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname para a Implementação do Projeto “Apoio para o Desenvolvimento do Programa de Alimentação Escolar do Suriname”	Saúde Cooperação Científica e Tecnológica Proteção à Infância	10/09/2009

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname para a Implementação do Projeto “Manejo Integrado Da Mosca Da Fruta No Suriname”	Cooperação Científica e Tecnológica Agricultura	10/09/2009
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname para a Implementação do Projeto “Prevenção da Transmissão Vertical da Sífilis e do HIV”	Cooperação Científica e Tecnológica	10/09/2009
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname para a Implementação do Projeto “Capacitação Técnica para Repressão ao Crime Organizado”	Cooperação Científica e Tecnológica Cooperação Técnica	10/09/2009
Memorandum de Entendimento para a promoção do Comércio e Investimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname.	Comércio Investimento	17/07/2007
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre a República Federativa do Brasil e a República do Suriname para Implementação do Projeto “Programas de Treinamento para Técnicos e Produtores em Técnicas da Produção para o Desenvolvimento da Indústria do Caju no Suriname”	Agricultura Cooperação Científica e Tecnológica Cooperação Técnica	19/05/2006
Memorandum de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname para o Estabelecimento de um Mecanismo de Política de Consulta..	Consultas Diplomáticas	16/02/2005

Tratado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname sobre Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal	Direito Penal	16/02/2005
Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname na Área de Saúde	Saúde	16/02/2005
Tratado sobre Transferência de Pessoas Condenadas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname	Direito Penal	16/02/2005
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname sobre Cooperação em Pesquisa Agrícola	Agricultura	16/02/2005
Tratado sobre Extradicação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname	Extradicação	21/12/2004
Comunicado Conjunto Brasil-Suriname	Declaração Conjunta	18/02/1997
Comunicado Conjunto Brasil-Suriname.	Declaração Conjunta	10/01/1996
Memorando de Entendimento entre a República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname sobre Cooperação entre o Instituto Rio Branco e a Chancelaria Surinamense.	Academias Diplomáticas Cooperação	21/01/1992
Memorando de Entendimento sobre Cooperação na Área de Promoção Comercial entre a República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname.	Comércio Cooperação	21/01/1992
Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Programa de Estágios na Área do Cerimonial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Suriname	Cooperação Artístico-cultural	21/01/1992
Declaração Conjunta Brasil-Suriname	Declaração Conjunta	10/08/1989

Acordo para a Prevenção, Controle e Repressão da Produção, Tráfico e Consumo Ilícitos de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas entre a República Federativa do Brasil e a República do Suriname	Entorpecentes	03/03/1989
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica para o Estabelecimento de um Programa de Cooperação na Área de Pesquisa sobre Agentes Patógenos do Dendê entre o Governo da República Federativa do Brasil e República do Suriname.	Agricultura	03/03/1989
Plano de Ação no Campo da Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname.	Cooperação Científica e Tecnológica	03/03/1989
Comunicado Conjunto Brasil - Suriname	Declaração Conjunta	03/03/1989
Acordo, por Troca de Notas, para a Supressão de Visto em Passaportes Diplomáticos, de Serviço e Comuns, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname.	Vistos e Imigração	17/08/1988
Comunicado Conjunto, Comunicado à Imprensa.	Declaração Conjunta	06/11/1985
Comunicado Conjunto.	Declaração Conjunta	27/01/1982
Acordo sobre Transportes Aéreos.	Transporte Aéreo	28/01/1980
Acordo, por Troca de Notas, pelo qual é Aprovado o Regulamento da Comissão Mista Brasil-Suriname.	Comissão Mista	04/09/1979
Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica.	Cooperação Científica e Tecnológica	22/06/1976
Acordo Cultural.	Cooperação Artístico-cultural	22/06/1976
Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname.	Paz, Amizade, Comércio e Navegação	22/06/1976
Comunicado Conjunto	Declaração Conjunta	22/06/1976
Acordo Comercial	Comércio	18/04/1939

INDICADORES ECONÔMICOS E DADOS COMERCIAIS

Principais Indicadores Socioeconômicos do Suriname

Indicador	2013	2014	2015 ⁽¹⁾	2016 ⁽¹⁾	2017 ⁽¹⁾
Crescimento real do PIB (%)	2,84%	1,84%	1,50%	0,48%	5,76%
PIB nominal (US\$ bilhões)	5,13	5,21	5,05	5,19	5,74
PIB nominal "per capita" (US\$)	9.375	9.427	9.016	9.212	10.113
PIB PPP (US\$ bilhões)	8,68	8,99	9,21	9,37	10,08
PIB PPP "per capita" (US\$)	15.864	16.261	16.510	16.635	17.745
População (mil habitantes)	547	553	558	563	568
Desemprego (%)	8,50%	8,93%	8,93%	8,93%	8,93%
Inflação (%) ⁽²⁾	0,59%	3,87%	5,23%	3,20%	3,57%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-3,86%	-7,41%	-9,42%	-7,82%	-8,05%
Dívida externa (US\$ bilhões)	1,00	1,10	1,20	1,30	n.d.
Câmbio (Sr\$ / US\$) ⁽²⁾	3,30	3,30	3,30	3,30	n.d.

Origem do PIB (2014 Estimativa)

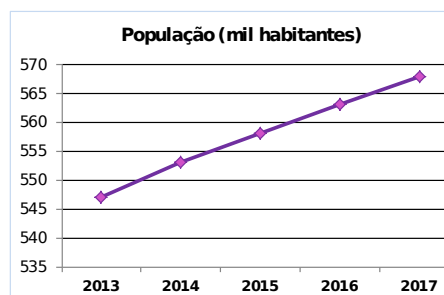
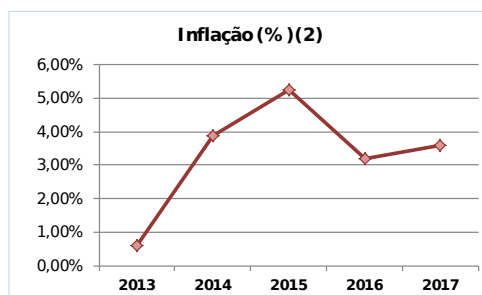
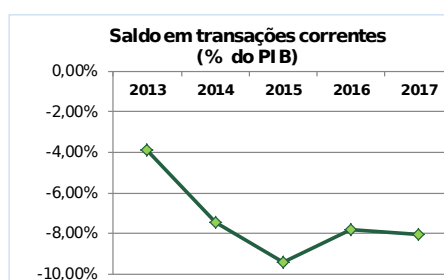
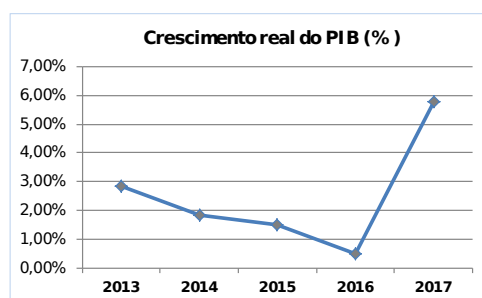
Agricultura	6,2%
Indústria	48,7%
Serviços	45,1%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, October 2015 e da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report 4th Quarter 2015.

(n.d.) Dado não disponível.

(1) Estimativas FMI e EIU.

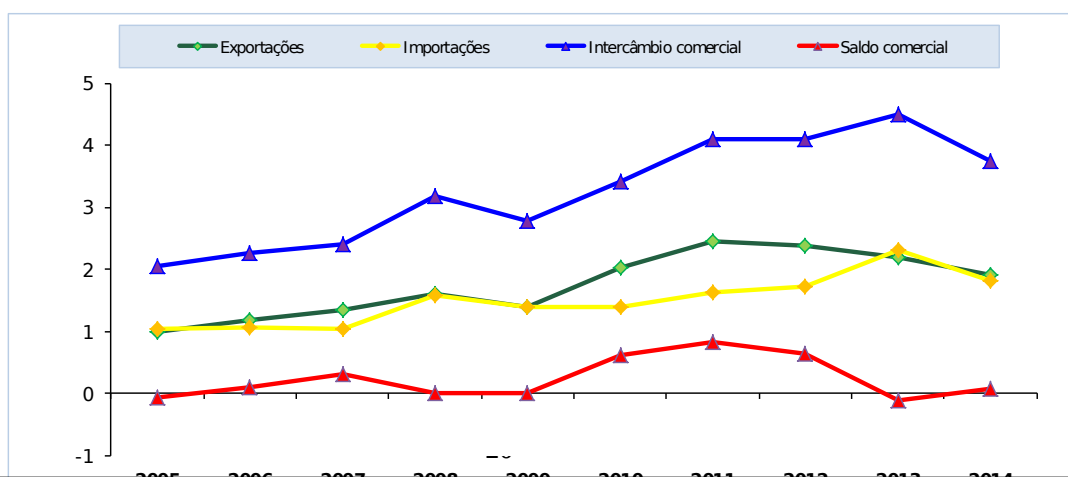
(2) Média de fim de período.



Evolução do Comércio Exterior do Suriname
US\$ bilhões

Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial		Saldo comercial
	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	
2005	1,00	23,5%	1,05	41,9%	2,05	32,3%	-0,05
2006	1,19	19,0%	1,07	2,3%	2,26	10,4%	0,11
2007	1,36	14,5%	1,04	-2,7%	2,40	6,3%	0,31
2008	1,60	17,9%	1,58	51,6%	3,19	32,6%	0,02
2009	1,40	-12,5%	1,39	-12,2%	2,79	-12,4%	0,01
2010	2,03	44,5%	1,40	0,5%	3,42	22,6%	0,63
2011	2,47	21,8%	1,64	17,2%	4,10	19,9%	0,83
2012	2,38	-3,5%	1,73	5,8%	4,11	0,2%	0,65
2013	2,20	-7,4%	2,31	33,2%	4,51	9,7%	-0,10
2014	1,92	-13,0%	1,83	-20,9%	3,74	-17,0%	0,09
Var. % 2005-2014	92,3%	--	74,0%	--	82,9%	--	n.c.

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, February 2016.
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.*

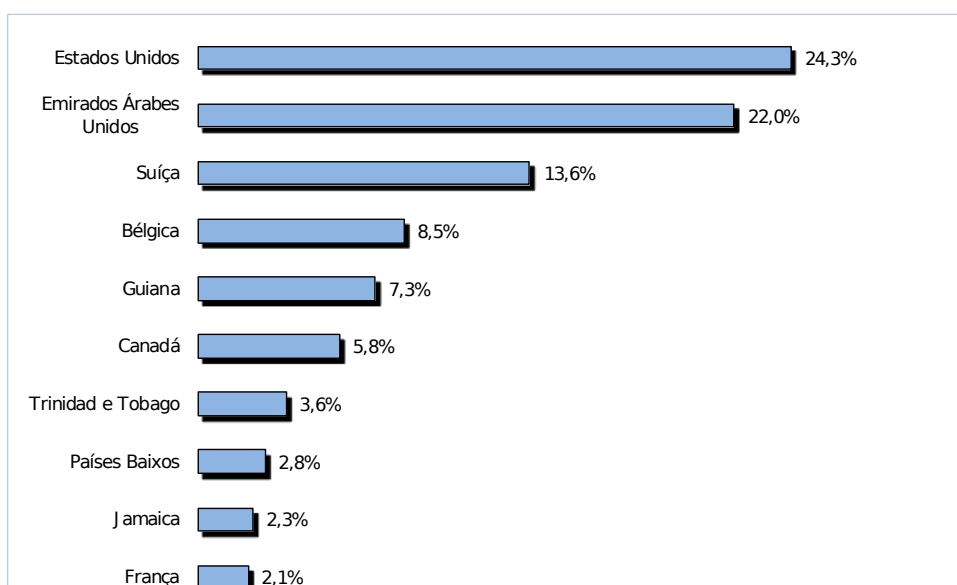


Direção das Exportações do Suriname
US\$ milhões

Países	2 0 1 4	Part.% no total
Estados Unidos	466,6	24,3%
Emirados Árabes Unidos	421,9	22,0%
Suíça	261,2	13,6%
Bélgica	162,3	8,5%
Guiana	139,8	7,3%
Canadá	111,5	5,8%
Trinidad e Tobago	69,7	3,6%
Países Baixos	53,0	2,8%
Jamaica	43,5	2,3%
França	39,7	2,1%
...		
Brasil (13ª posição)	16,3	0,8%
Subtotal	1.786	93,1%
Outros países	132	6,9%
Total	1.918	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, February 2016.

10 principais destinos das exportações

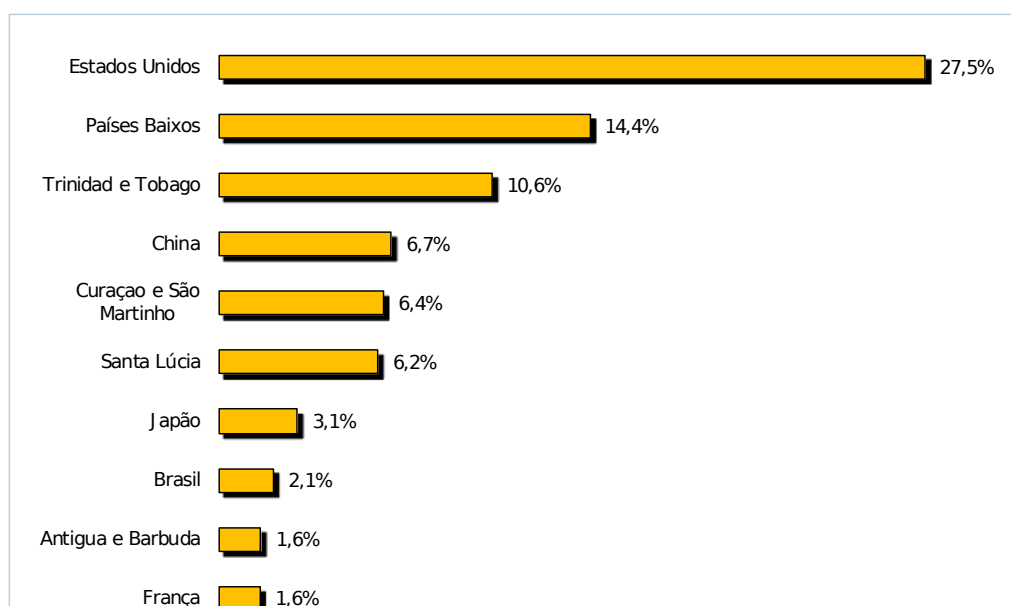


Origem das Importações do Suriname
US\$ milhões

Países	2 0 1 4	Part.% no total
Estados Unidos	501,7	27,5%
Países Baixos	263,7	14,4%
Trinidad e Tobago	194,3	10,6%
China	122,6	6,7%
Curaçao e São Martinho	117,0	6,4%
Santa Lúcia	113,0	6,2%
Japão	56,0	3,1%
Brasil	38,9	2,1%
Antigua e Barbuda	30,0	1,6%
França	29,5	1,6%
Subtotal	1.467	80,3%
Outros países	360	19,7%
Total	1.827	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, February 2016.

10 principais origens das importações



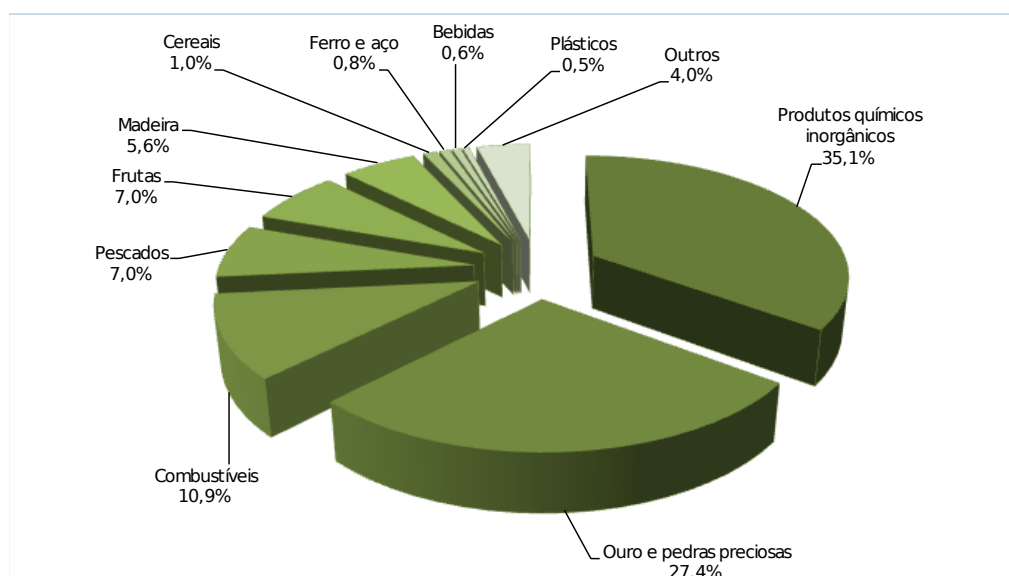
Composição das exportações do Suriname
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2 0 1 3⁽¹⁾	Part.% no total
Produtos químicos inorgânicos	353,2	35,1%
Ouro e pedras preciosas	276,1	27,4%
Combustíveis	110,1	10,9%
Pescados	70,8	7,0%
Frutas	70,1	7,0%
Madeira	56,2	5,6%
Cereais	10,3	1,0%
Ferro e aço	7,9	0,8%
Bebidas	6,4	0,6%
Plásticos	5,2	0,5%
Subtotal	966	96,0%
Outros	41	4,0%
Total	1.007	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, February 2016.

(1) Última posição disponível em 15/02/2016.

10 principais grupos de produtos exportados

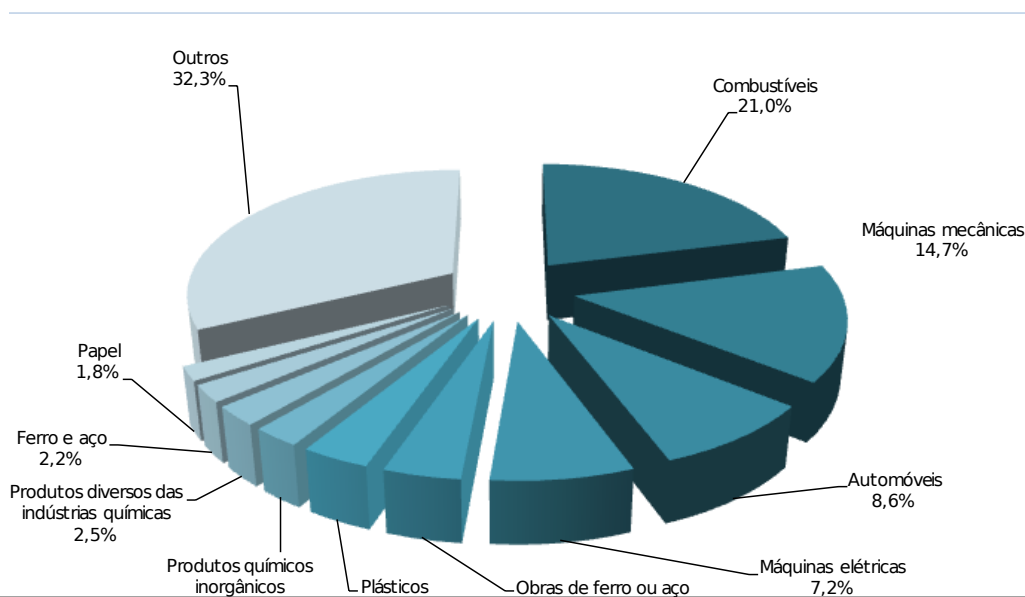


Composição das importações do Suriname
US\$ milhões

Grupos de produtos	2 0 1 4	Part.% no total
Combustíveis	383,6	21,0%
Máquinas mecânicas	268,4	14,7%
Automóveis	156,8	8,6%
Máquinas elétricas	131,0	7,2%
Obras de ferro ou aço	71,3	3,9%
Plásticos	63,4	3,5%
Produtos químicos inorgânicos	45,2	2,5%
Produtos diversos das indústrias químicas	44,8	2,5%
Ferro e aço	39,4	2,2%
Papel	32,7	1,8%
Subtotal	1.237	67,7%
Outros	590	32,3%
Total	1.827	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, February 2016.

10 principais grupos de produtos importados



Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Suriname
US\$ milhões

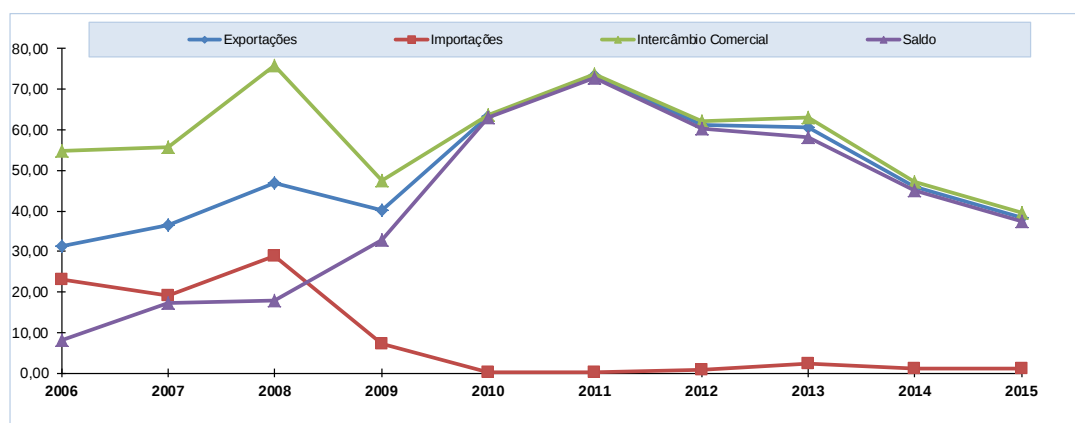
Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			Saldo
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	
2006	31,47	-12,3%	0,02%	23,26	(+)	0,03%	54,73	52,4%	0,02%	8,21
2007	36,60	16,3%	0,02%	19,17	-17,6%	0,02%	55,77	1,9%	0,02%	17,42
2008	46,90	28,2%	0,02%	28,91	50,8%	0,02%	75,81	35,9%	0,02%	18,00
2009	40,17	-14,4%	0,03%	7,40	-74,4%	0,01%	47,57	-37,3%	0,02%	32,77
2010	63,38	57,8%	0,03%	0,22	-97,1%	0,00%	63,59	33,7%	0,02%	63,16
2011	73,24	15,6%	0,03%	0,40	86,8%	0,00%	73,65	15,8%	0,02%	72,84
2012	61,14	-16,5%	0,03%	0,98	141,1%	0,00%	62,12	-15,7%	0,01%	60,17
2013	60,58	-0,9%	0,03%	2,41	147,4%	0,00%	62,99	1,4%	0,01%	58,16
2014	46,01	-24,0%	0,02%	1,08	-55,5%	0,00%	47,09	-25,2%	0,01%	44,94
2015	38,43	-16,5%	0,02%	1,12	4,1%	0,00%	39,55	-16,0%	0,01%	37,31
2016 (janeiro)	1,14	-55,5%	0,01%	0,00	n.a.	0,00%	1,14	-56,2%	0,01%	1,14
Var. % 2006-2015	22,1%	--	--	-95,2%	--	--	-27,7%	--	--	n.c.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro de 2016.

(+) Variação superior a 1.000%.

(n.a.) Critério não aplicável.

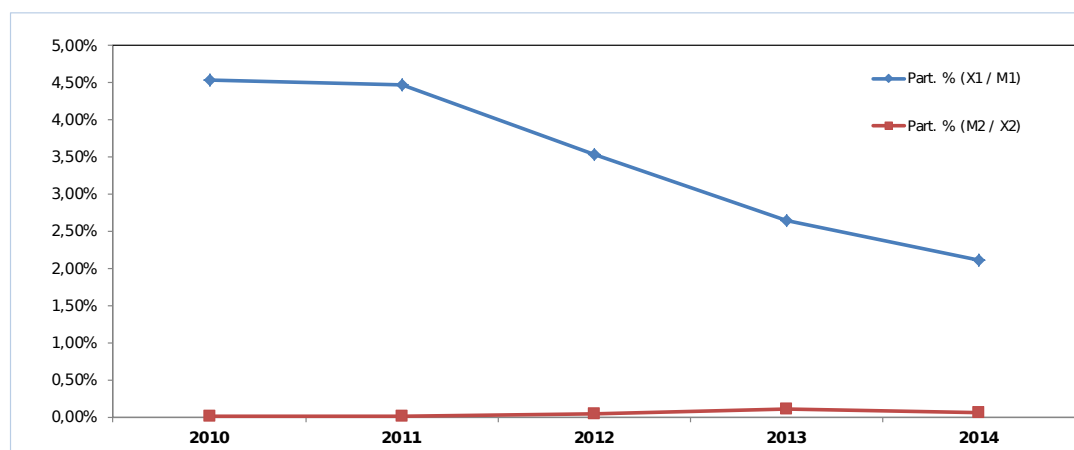
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.



Part. % do Brasil no Comércio do Suriname
US\$ milhões

Descrição	2010	2011	2012	2013	2014	Var. % 2010/2014
Exportações do Brasil para o Suriname (X1)	63,4	73,2	61,1	61,1	38,4	-39,4%
Importações totais do Suriname (M1)	1.398	1.638	1.733	2.308	1.827	30,7%
Part. % (X1 / M1)	4,53%	4,47%	3,53%	2,65%	2,10%	-53,6%
Importações do Brasil originárias do Suriname (I1)	0,22	0,40	0,98	2,41	1,08	396,1%
Exportações totais do Suriname (X2)	2.026	2.467	2.380	2.204	1.918	-5,3%
Part. % (M2 / X2)	0,01%	0,02%	0,04%	0,11%	0,06%	424,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb e UN/UNCTAD/ITC/TradeMap.
As discrepâncias observadas nas estatísticas das exportações brasileiras e das importações do Suriname e vice-versa explicam-se pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de cálculo.

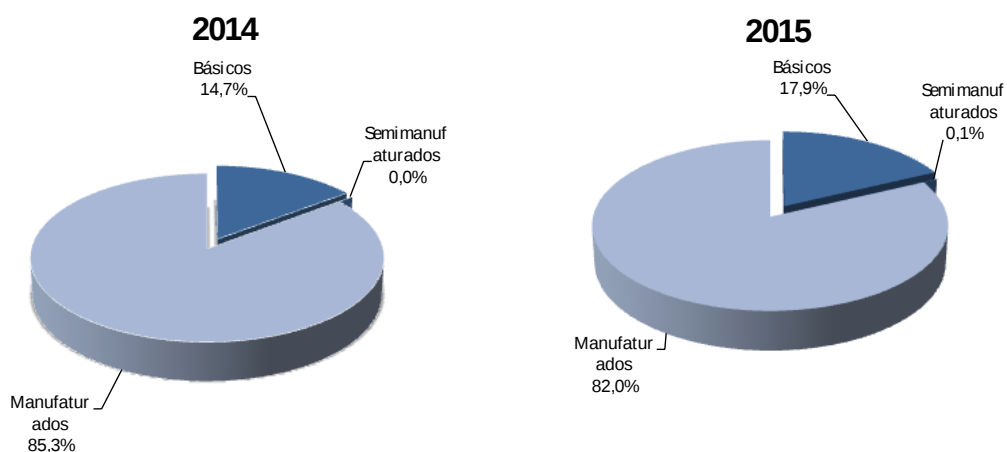


Exportações e importações brasileiras por fator agregado

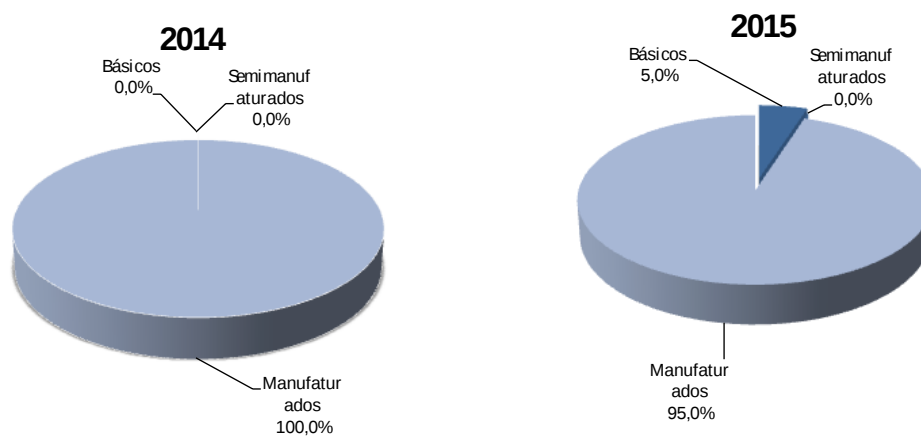
US\$ milhões

Comparativo 2015 com 2014

Exportações Brasileiras⁽¹⁾



Importações Brasileiras



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro de 2016.

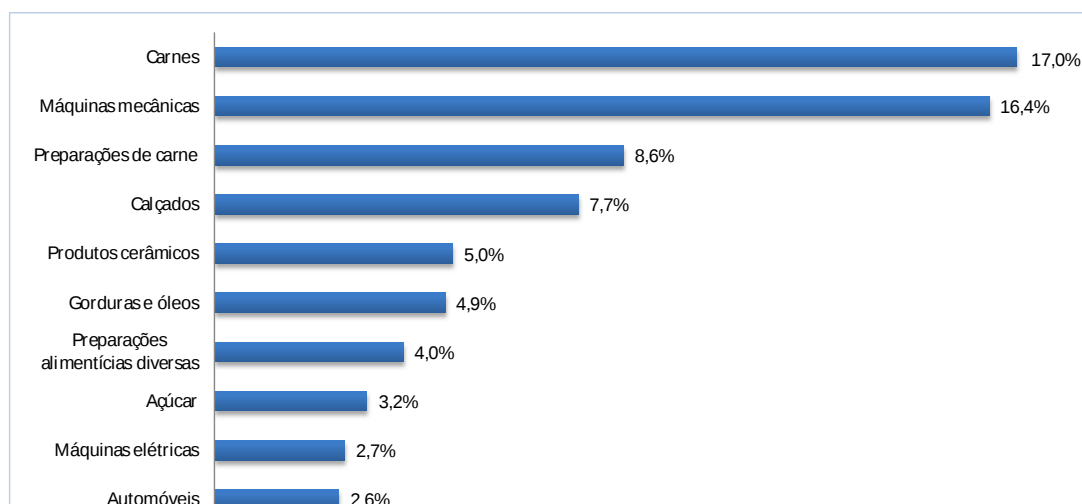
(1) Exclusive transações especiais.

Composição das exportações brasileiras para o Suriname
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Carnes	7,49	12,4%	6,40	13,9%	6,52	17,0%
Máquinas mecânicas	11,39	18,8%	7,90	17,2%	6,31	16,4%
Preparações de carne	3,40	5,6%	4,17	9,1%	3,32	8,6%
Calçados	3,90	6,4%	3,05	6,6%	2,95	7,7%
Produtos cerâmicos	2,36	3,9%	2,20	4,8%	1,93	5,0%
Gorduras e óleos	1,89	3,1%	1,21	2,6%	1,87	4,9%
Preparações alimentícias diversas	1,74	2,9%	1,57	3,4%	1,53	4,0%
Açúcar	1,67	2,8%	0,92	2,0%	1,24	3,2%
Máquinas elétricas	4,48	7,4%	2,49	5,4%	1,05	2,7%
Automóveis	2,76	4,6%	1,78	3,9%	1,01	2,6%
Subtotal	41,07	67,8%	31,68	68,9%	27,74	72,2%
Outros produtos	19,51	32,2%	14,33	31,1%	10,69	27,8%
Total	60,58	100,0%	46,01	100,0%	38,43	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro de 2016.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2015

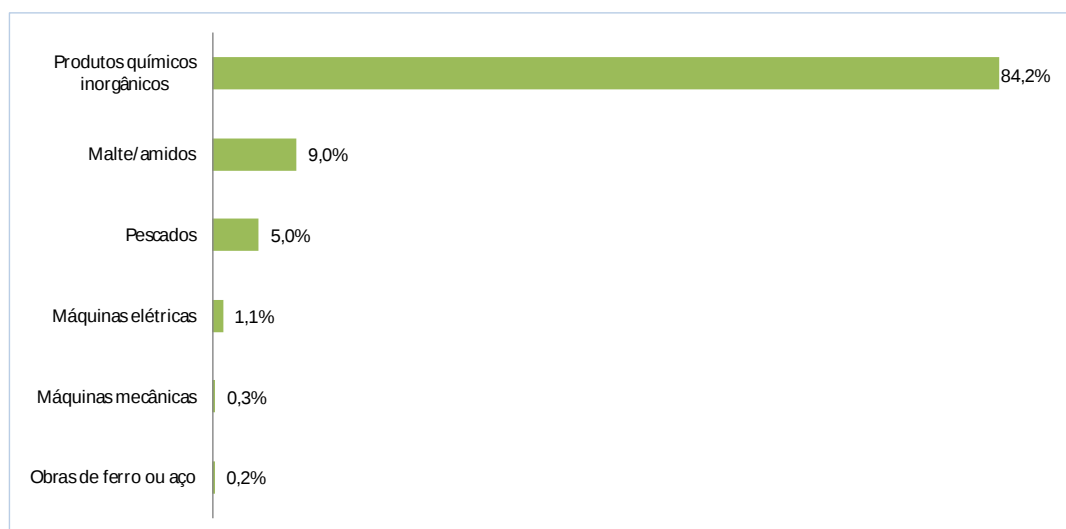


Composição das importações brasileiras originárias do Suriname
US\$ mil

Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Produtos químicos inorgânicos	535,7	22,2%	858,5	79,8%	943,0	84,2%
Malte/amidos	0,0	0,0%	216,8	20,2%	100,8	9,0%
Pescados	0,0	0,0%	0,0	0,0%	55,8	5,0%
Máquinas elétricas	2,0	0,1%	0,0	0,0%	12,4	1,1%
Máquinas mecânicas	0,2	0,0%	0,0	0,0%	3,5	0,3%
Obras de ferro ou aço	2,6	0,1%	0,0	0,0%	2,7	0,2%
Subtotal	540	22,4%	1.075	100,0%	1.118	99,9%
Outros produtos	1.874	77,6%	0	0,0%	1	0,1%
Total	2.415	100,0%	1.075	100,0%	1.119	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro de 2016.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2015



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ mil

Grupos de Produtos	2 0 1 5 (janeiro)	Part. % no total	2 0 1 6 (janeiro)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2016
Exportações					
Açúcar	14,0	0,5%	256,8	22,6%	Açúcar 22,6%
Preparações de carne	426,6	16,7%	150,7	13,2%	Preparações de carne 13,2%
Carnes	519,7	20,3%	131,2	11,5%	Carnes 11,5%
Preparações de cereais	64,3	2,5%	127,4	11,2%	Preparações de cereais 11,2%
Máquinas mecânicas	346,3	13,5%	94,3	8,3%	Máquinas mecânicas 8,3%
Preps alimentícias diversas	138,4	5,4%	63,1	5,5%	Preps alimentícias diversas 5,5%
Máquinas elétricas	22,6	0,9%	54,5	4,8%	Máquinas elétricas 4,8%
Gorduras e óleos	138,1	5,4%	45,4	4,0%	Gorduras e óleos 4,0%
Obras de ferro ou aço	97,8	3,8%	40,3	3,5%	Obras de ferro ou aço 3,5%
Produtos cerâmicos	188,3	7,4%	32,7	2,9%	Produtos cerâmicos 2,9%
Subtotal	1.956	76,5%	996	87,5%	
Outros produtos	601	23,5%	142	12,5%	
Total	2.557	100,0%	1.138	100,0%	

Grupos de Produtos	2 0 1 5 (janeiro)	Part. % no total	2 0 1 6 (janeiro)	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2015
Importações					
Prods químicos inorgânicos	40,9	100,0%	0,0	100,0%	Prods químicos inorgânicos 100,0%
Subtotal	40,9	100,0%	0,0	100,0%	
Outros produtos	0,0	0,0%	0,0	0,0%	
Total	40,9	100,0%	0,0	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro de 2016.

RELATÓRIO Nº , DE 2017

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Mensagem (SF) nº 46, de 2017 (Mensagem nº 252/2017, na Casa de origem), da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor LAUDEMAR GONÇALVES DE AGUIAR NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Suriname.*

Relatora: Senadora **ANA AMÉLIA**

I – RELATÓRIO

É submetida ao exame desta Casa a indicação que o Presidente da República faz do Senhor LAUDEMAR GONÇALVES DE AGUIAR NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores (MRE), para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Suriname.

Conforme o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal é competência privativa do Senado Federal apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.



Em atendimento ao previsto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, o Ministério das Relações Exteriores encaminhou currículo do diplomata.

O Senhor LAUDEMAR GONÇALVES DE AGUIAR NETO nasceu em 26 de junho de 1960, em Niterói-RJ, filho de Laudemar Gonçalves de Aguiar Junior e de Cléia de Pimentel Aguiar.

Concluiu o Curso de Preparação para a Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco no ano de 1960, tornando-se Primeiro-Secretário no ano seguinte. Ascendeu a Segundo-Secretário em 1987. Por merecimento, chegou a Primeiro-Secretário em 1994; Conselheiro, em 2001; Ministro de Segunda Classe, em 2005; e Ministro de Primeira Classe, em 2015.

Ao longo de sua carreira, desempenhou diversas funções. Merecem destaque as de Chefe, Substituto, da Divisão de Organismos Internacionais, de 1994 a 1995; Chefe de Gabinete da Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos Multilaterais, entre 2001 e 2003; Conselheiro e Ministro-Conselheiro na Embaixada em Londres, de 2003 a 2008; Ministro-Conselheiro na Embaixada em Paris, entre 2008 e 2011; Comitê Nacional da Rio+20, entre 2011 e 2013; e Coordenador de Relações Internacionais do Gabinete do Prefeito do Rio de Janeiro, de 2013 até 2017.

O diplomata indicado recebeu, em 1991, a Ordem de Isabel, a Católica, da Espanha, grau de Cavaleiro e, em 2007, a Ordem de Rio Branco, do Brasil, grau Grande Oficial.

Ainda em observância às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a República de Suriname, o qual informa acerca das relações bilaterais com o Brasil, inclusive com cronologia e menção a tratados celebrados, dados básicos do país, suas políticas interna e externa, e economia.



Com território de 163.820 km² de extensão, o Suriname é o menor país da América do Sul. O país é limitado, a leste, pela Guiana, ao sul, pelo Brasil, a oeste, pela Guiana Francesa e, ao norte, pelo Oceano Atlântico. O país tem cerca de 585 mil habitantes, e a população, que é variada cultural e etnicamente, concentra-se, em sua maioria, ao redor da capital, Paramaribo. Destaca-se contingente importante de descendentes de africanos, indianos e chineses. O país tornou-se independente do Reino dos Países Baixos em 1975 e comemora sua data nacional no dia 25 de novembro.

Seu produto interno bruto (PIB) em valor de compra em 2015 ficou em US\$ 9,52 bilhões, o que lhe propicia PIB per capita de US\$ 17.052, também calculado pelo poder de compra. A expectativa de vida média de sua população é de 71,1 anos e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em 2015 foi de 0,714, o que coloca o país em 103º lugar no ranking mundial.

A cooperação brasileira com o Suriname iniciou-se logo após a independência do país, em 1975. Apesar da fronteira comum de 593 km, a região limítrofe apresenta baixa densidade demográfica e não possui ligações viárias entre os dois países, por ser coberta por barreiras naturais (Serra do Tumucumaque e floresta equatorial) e por áreas de preservação ambiental e indígena. A presença de significativa comunidade brasileira no Suriname (por volta de 15 mil pessoas) traz importante componente humano para as relações bilaterais.

Em 2016, a corrente de comércio bilateral totalizou USD 27 milhões, sendo USD 26,6 milhões de exportações e apenas USD 0,4 milhão em importações. Apesar do baixo volume de exportações, a pauta é relativamente diversificada. Já a pauta de importações se concentra em poucos produtos (entre os quais, alumina calcinada e farinha de trigo), ademais de vendas esporádicas de arroz surinamês.

A cooperação técnica ocupa lugar de destaque nas relações bilaterais. Ao longo dos últimos anos, desenvolveram-se, sob o marco legal dos acordos complementares ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Brasil e Suriname assinado em maio de 2012, projetos e iniciativas de cooperação, em áreas como saúde, gestão de recursos hídricos, agricultura sustentável, zoneamento agroecológico, mapeamento geológico, fortalecimento de instituições públicas, segurança pública e defesa.



SF/17056.77931-41

A imigração é outro tema importante na agenda bilateral. Os brasileiros formam contingente relevante de imigrantes no Suriname. Provenientes principalmente do Maranhão e do Pará, muitos vão ao Suriname para trabalhar em garimpos no interior do país.

A economia do Suriname tem como base o setor de exploração mineral. O ouro, a alumina (derivada da bauxita) e o petróleo bruto respondem por mais de 80% das receitas de exportação, por metade do PIB e por 25% das receitas governamentais.

Trata-se, por conseguinte, de economia altamente dependente da evolução dos preços internacionais dessas commodities. Ao longo de 2015, em razão da baixa continuada nos preços das commodities no mercado internacional, registraram-se déficits na conta corrente e na conta capital, não compensados por superávits suficientes na conta financeira, situação que provocou déficits recorrentes no balanço de pagamentos do país.

Apesar do esforço da política externa do Governo de Desiré Bouterse de tentar diversificar as relações externas surinamesas, a partir do segundo mandato, o Suriname manteve aproximação com parceiros tradicionais, como Países Baixos e EUA, além da China, com vistas a obter apoio para fazer frente à deterioração da economia local (crescimento nulo em 2015 e retração no PIB em 2016). Paralelamente, o governo surinamês tem demonstrado crescente interesse na América do Sul e, em especial, nos países vizinhos (Brasil, Venezuela e Guiana).

Atualmente, há onze Embaixadas residentes no Suriname (Argentina, Brasil, China, Cuba, Estados Unidos, França, Guiana, Índia, Indonésia, Países Baixos e Venezuela). Índia, Indonésia e China, países de origem das principais comunidades que constituem a população do Suriname, permanecem como importantes parceiros.

Merece destaque o engajamento do país nas organizações regionais. Na Cúpula de Montevideu de julho de 2013, foi assinado Acordo Marco de Associação entre o MERCOSUL e o Suriname. O país ocupou a PPT da UNASUL, entre 2013 e 2014.



Ademais, o ex-Vice-Chanceler surinamês, Embaixador Robby Ramlakhan, ocupou a Secretaria-Geral da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), cuja sede é em Brasília, de 2012 a 2015.

Estimamos que os ilustres membros do colegiado agora disponham de suficientes informações para sua deliberação, sendo este o escopo único deste Relatório, sem manifestação de voto, por determinação regimental.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SF/17056.77931-41